



Ministério da Educação  
Esplanada dos Ministérios - Bloco L, Anexo II - 2º Andar - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70047-900  
Telefone: 2022-7103 e - <http://www.mec.gov.br>

## PROJETO BÁSICO

PROCESSO Nº 23000.003828/2019-33

### DISPENSA DE LICITAÇÃO

#### 1. OBJETO DA AQUISIÇÃO

1.1. O objeto deste Projeto Básico consiste na aquisição de conjunto para apresentação do Símbolo Nacional composto por base, mastro, Bandeira do Brasil e roseta, para as unidades administrativas do Ministério da Educação (MEC), com entrega imediata, de acordo com os termos e especificações deste Projeto Básico e seus anexos.

1.2. São partes integrantes deste Projeto Básico:

- Encarte “A” – Modelo Planilha de Custos e Formação de Preços e modelo de proposta de preços;
- Encarte “B” – Modelo Termo de Recebimento Provisório; e
- Encarte “C” – Modelo Termo de Recebimento Definitivo.

#### 2. JUSTIFICATIVA

2.1. A Coordenação-Geral de Recursos Logísticos tem recebido uma série de demandas para composição de gabinetes das autoridades constantes do Decreto nº 9.465, de 2 de janeiro de 2019, o qual aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação (MEC). Dentre as demandas, está a disponibilização de Mastros e Bandeiras do Brasil para apresentação nos escritórios dos edifícios que compõem o Ministério.

2.2. Conforme consta da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, a qual dispõe sobre a forma de apresentação dos Símbolos Nacionais, a Bandeira Nacional pode ser hasteada em mastro nos escritórios ou em qualquer lugar em que lhe seja assegurado o devido respeito. Desta feita, os pedidos das unidades Administrativas estão resguardados.

##### SEÇÃO I

##### Da Bandeira Nacional

Art. 10. A Bandeira Nacional pode ser usada em todas as manifestações do sentimento patriótico dos brasileiros, de caráter oficial ou particular.

Art. 11. A Bandeira Nacional pode ser apresentada:

I - Hasteada em mastro ou adriças, nos edifícios públicos ou particulares, templos, campos de esporte, **escritórios**, salas de aula, auditórios, embarcações, ruas e praças, e **em qualquer lugar em que lhe seja assegurado o devido respeito**;

(...)

2.3. Em virtude das solicitações diretas à Divisão de Recursos Materiais e Patrimoniais (DIREMP), foi necessário mapear as unidades a fim de verificar a necessidade e situação qualitativa dos materiais constantes deste Projeto Básico. Após o mapeamento foram verificadas às seguintes situações:

2.4.

- a) As bandeiras utilizadas estão fora do padrão definido na Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971;
- b) As bandeiras das unidades estão em péssimo estado de conservação;
- c) Os mastros, imprescindíveis para uso do Símbolo Nacional, não possuem padronização; e
- d) Indefinição de quais gabinetes poderiam apresentar a bandeira.
- e) Conjunto para apresentação do Símbolo Nacional (base, mastro, Bandeira do Brasil e roseta) sem padronização.

2.5. De forma quantitativa, foi necessário consultar o Decreto nº 9.465, de 2 de janeiro de 2019 para efetivo alcance dos órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado da Educação; dos órgãos específicos singulares - Secretarias; do Conselho Nacional de Educação, além dos espaços coletivos dos edifícios do MEC. Dessa feita, conforme abaixo detalhado temos como demanda o quantitativo de 30 unidades do conjunto para apresentação do Símbolo Nacional composto por: base, mastro, Bandeira do Brasil e roseta.

DEMANDA POR MASTROS E BANDEIRAS	
I - órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado da Educação:	
a) Gabinete;	3
b) Secretaria-Executiva:	2
1. Subsecretaria de Assuntos Administrativos;	1
2. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento; e	1
3. Diretoria de Tecnologia da Informação;	1
c) Consultoria Jurídica;	1
d) Assessoria Especial de Controle Interno; e	1
e) Corregedoria;	1
II - órgãos específicos singulares:	
a) Secretaria de Educação Básica:	1
a.1) Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares;	1
b) Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica:	1
c) Secretaria de Educação Superior:	1
d) Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior:	1
e) Secretaria de Alfabetização:	1
f) Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação:	1
III - órgão colegiado	
Conselho Nacional de Educação - CNE	2
Locais Coletivos	
Sala de Atos	2
Sala de Cristal	2
Auditório Edifício Sede	2
Auditório Edifício Anexo II	2
Auditório CNE	2
	30

2.6. De forma a justificar este pedido inserimos em anexo cópias de algumas demandas enviadas a esta área. A definição dos itens a serem adquiridos foram formuladas pelo Cerimonial do Ministério da Educação.

3. OBJETIVO

3.1. A aquisição do conjunto para apresentação do Símbolo Nacional (base, mastro, Bandeira do Brasil e roseta), faz-se necessária em virtude da substituição dos existentes (desgastados ou fora do padrão definido na Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971), e ainda para compor os novos gabinetes autorizados pelo Decreto nº 9.465, de 2 de janeiro de 2019, o qual aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação (MEC).

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

0

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quant.
1	Bandeira do Brasil - Bandeira Oficial conforme as normas ABNT NBR 16286:2014 e ABNT NBR 16287:2014 em tecido 100% poliéster, com fio de alta resistência. Tarja na cor branca e dois ilhoses. Costuradas com barras dupla de primeira qualidade. Costura tecido sobre tecido dupla face.	Und	30
2	Mastro - Mastro em madeira, cor mogno, medindo 2,25m de altura ideal para qualquer ambiente, encaixe para mastro com espessura de 28mm. Com ponteira em formato de lança cromada e presilhas em cima e embaixo	Und	30

3	Base - Base em madeira maciça de alta resistência, revestida em laminado na cor mogno, acabamento com canopla cromada, sapata de aço inox que facilita o nivelamento e protege do contato diretamente com o solo. Encaixe para mastro com espessura de 28mm.Medidas 26cm x 16cm x 26cm (L x A x C)	Und	30
4	Roseta - Roseta fabricada em tecido 100% poliéster com brilho, cores verde e amarela. Acabamento com franja e botão. Tamanhos: Rosa: 13cm; Fita: 67cm; Botão: 2,6cm.	Und	30

4.1. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO MATERIAL

4.1.1. Segue a baixo a especificação detalhada dos equipamentos:

ITEM 01 - BANDEIRA DO BRASIL

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- Bandeira Oficial conforme as normas ABNT NBR 16286:2014 e ABNT NBR 16287:2014 em tecido 100% poliéster, com fio de alta resistência. Tarja na cor branca e dois ilhoses. Costuradas com barras dupla de primeira qualidade. Costura tecido sobre tecido dupla face.

ILUSTRAÇÃO



ITEM 02 - MASTRO

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- Mastro em madeira, cor mogno, medindo 2,25m de altura ideal para qualquer ambiente, encaixe para mastro com espessura de 28mm. Com ponteira em formato de lança cromada e presilhas em cima e embaixo

ILUSTRAÇÃO



### ITEM 03 - BASE

#### ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- Base em madeira maciça de alta resistência, revestida em laminado na cor mogno, acabamento com canopla cromada, sapata de aço inox que facilita o nivelamento e protege do contato diretamente com o solo. Encaixe para mastro com espessura de 28mm.
- Medidas 26cm x 16cm x 26cm (L x A x C)

#### ILUSTRAÇÃO



### ITEM 04 - ROSETA

#### ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- Roseta fabricada em tecido 100% poliéster com brilho, cores verde e amarela. Acabamento com franja e botão. Tamanhos: Rosa: 13cm; Fita: 67cm; Botão: 2,6cm.

ILUSTRAÇÃO



5. ESTIMATIVA DETALHADA DOS PREÇOS

5.1. A aquisição do objeto tem o custo estimado de R\$ 15.340,35 (quinze mil, trezentos e quarenta reais e trinta e cinco centavos).

5.2.

LINK PARA CONSULTA DE PREÇOS: BANDEIRA DO BRASIL	R\$
<a href="https://www.bandeirashop.com.br/bandeira-do-brasil-bordada">https://www.bandeirashop.com.br/bandeira-do-brasil-bordada</a>	89,90
PREÇO	89,90

LINK PARA CONSULTA DE PREÇOS: MASTRO	R\$
<a href="https://www.fabricadebandeiras.com.br/mastro-em-madeira-com-lanca.html">https://www.fabricadebandeiras.com.br/mastro-em-madeira-com-lanca.html</a>	205,00
PREÇO	205,00

LINK PARA CONSULTA DE PREÇOS: BASE	R\$
<a href="https://www.bandeirashop.com.br/base-para-mastro-de-bandeira-mogno">https://www.bandeirashop.com.br/base-para-mastro-de-bandeira-mogno</a>	167,89
<a href="https://www.bandeira1.com.br/listaprodutos.asp?idproduto=934806&amp;q=bases-base-de-madeira-com-revestimento-laminado-na-cor-mogno---para-01-mastro">https://www.bandeira1.com.br/listaprodutos.asp?idproduto=934806&amp;q=bases-base-de-madeira-com-revestimento-laminado-na-cor-mogno---para-01-mastro</a>	135,00
PREÇO MÉDIO	151,45

LINK PARA CONSULTA DE PREÇOS: ROSETA	R\$
<a href="https://www.bandeirashop.com.br/roseta-para-bandeira?tm_camp=gshop&amp;idgrade=7600&amp;gclid=EAlaIQobChMI5uuPtpWI4AIVhgWRCh0QYAwOEaQYASABEgLEdPD_BwE">https://www.bandeirashop.com.br/roseta-para-bandeira?tm_camp=gshop&amp;idgrade=7600&amp;gclid=EAlaIQobChMI5uuPtpWI4AIVhgWRCh0QYAwOEaQYASABEgLEdPD_BwE</a>	65,00
PREÇO	

PREÇO TOTAL	511,3
-------------	-------

5.3. Com o objetivo da obtenção de uma estimativa de preço de mercado. O custo estimado foi obtido por meio de pesquisa em sites, conforme documentos links informados na tabela.

5.4. A complementação da Pesquisa de Preços será realizada pela Coordenação-Geral de Licitações e Contratos em conformidade com a IN nº 05/2014 e suas alterações.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. A aquisição que se refere este Projeto Básico é considerada comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no Projeto, por meio de especificações usuais do mercado.

6.2. Ainda, são de característica não continuada, por ter escopo específico e definido.

## **7. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

- 7.1. Será selecionada empresa pelo critério de menor preço por item.
- 7.2. O preço deverá considerar todos os custos diretos e indiretos, (taxas, impostos, fretes, etc.).
- 7.3. As empresas deverão apresentar Planilha Descritiva de Custos e Formação de preços, devidamente preenchida, conforme modelo Encarte "A".
- 7.4. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Projeto Básico.

## **8. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

- 8.5. Em relação a presente aquisição é possível a utilização do Sistema de Cotação Eletrônica, nos termos da legislação vigente.

## **9. DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 10.1. A despesa decorrente desta contratação correrá à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o MEC no exercício de 2019, no Programa de Trabalho/PTRES determinado pela Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAA/SE/MEC, que serão empenhadas, nos termos da lei, Elemento de Despesa 33.90.30-, Subitem 50.

## **11. FUNDAMENTO LEGAL**

- 11.1. A Aquisição de que trata o objeto deste Projeto será realizada por meio de Dispensa de Licitação em razão do valor, com amparo legal no Inciso II do Artigo 24 da Lei nº 8.666/93.

## **12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 12.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 12.2. A Contratada deverá executar o fornecimento dos produtos descritos no presente Projeto Básico.
- 12.3. Entregar fielmente o objeto contratado no prazo estipulado.
- 12.4. Zelar pela perfeita execução da entrega do material, devendo as falhas, que porventura vierem a ocorrer, serem sanadas no menor prazo possível.
- 12.5. Comunicar à Contratante qualquer anormalidade que vierem a ocorrer na entrega do material e prestar os esclarecimentos julgados necessários.
- 12.6. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a avença firmada sem prévia e expressa anuência da Contratante;
- 12.7. Manter durante toda a execução do objeto as condições inicialmente pactuadas.

## **13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 13.1. Acompanhar, fiscalizar e avaliar a entrega do material objeto desta contratação, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, diretamente ou por prepostos designados.
- 13.2. Comunicar à Contratada toda e qualquer irregularidade referente ao objeto.
- 13.3. Efetuar o pagamento à Contratada mediante apresentação da respectiva fatura, após comprovação da regularidade fiscal e do ateste pela Contratante, por meio de crédito em conta bancária observando-se a legislação atual.
- 13.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.
- 13.5. Comunicar oficialmente à Contratada quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.

#### 14. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

14.1. O Termo de Contrato de execução dos serviços será substituído pela Nota de Empenho, na forma do §4º do artigo 62 da Lei nº 8.666/1993.

#### 15. DO REAJUSTE

15.1. Os valores descritos neste Projeto Básico serão fixos e irrevogáveis.

#### 16. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

16.1. A entrega do material deverá ser efetuada em até **10 (dez) dias**, após o recebimento da Nota de Empenho.

16.2. As entregas dos bens adquiridos devem ser realizadas diretamente no Almoxarifado Central do Ministério da Educação, no horário das 9 às 12 horas e das 14 às 17 horas, de acordo com as especificações e demais condições estipuladas na proposta comercial e neste Projeto Básico, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco “L”, Anexo I – Subsolo, Almoxarifado Central, Brasília-DF, CEP 70047-900 – telefone 2022-7112/7113/7055.

16.3. Será acompanhada e fiscalizada pelo servidor do Ministério da Educação, designado abaixo:

a) Robson Pereira Batista.

#### 17. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

17.1. O recebimento do objeto deste Projeto Básico se dará conforme o disposto no artigo 69, 73 e 76, da Lei nº 8.666/1993, compreendendo duas etapas distintas a seguir discriminadas:

a) **provisoriamente**, no prazo de **03 (três) dias corridos**, após a entrega do objeto, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização da aquisição, mediante termo circunstanciado, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação prevista neste Projeto;

b) **definitivamente**, no prazo de **05 (cinco) dias corridos** a partir do recebimento provisório, **mediante atesto de nota fiscal**, após a verificação da qualidade e quantidade dos produtos e consequente aceitação.

17.1.1. Ainda que recebido em caráter definitivo, subsistirá, na forma da lei, a responsabilidade da **CONTRATADA** pela qualidade, perfeição e especificação do objeto deste Contrato.

17.1.2. Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal ou Fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

17.2. Em caso de não conformidade, lavrar-se-á um Termo de Recusa e Devolução, no qual se consignarão as desconformidades com as especificações. Nessa hipótese, o item, objeto deste Projeto Básico, será rejeitado, devendo ser substituído no prazo de 5 (cinco) dias, quando se realizará novamente as verificações de conformidade do que trata este Projeto.

17.3. Caso a substituição não ocorra em 5 (cinco) dias, ou caso o novo bem entregue também seja rejeitado, estará a empresa incorrendo em atraso na entrega, sujeita à aplicação das sanções previstas em lei.

17.4. À Contratada caberá sanar as irregularidades apontadas no recebimento definitivo, submetendo a etapa impugnada a nova verificação, ficando sobrestado o pagamento até a execução do saneamento necessário, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis. Os custos da substituição do bem rejeitado correrão exclusivamente a expensas da Contratada.

17.5. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho do serviço fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos.

#### 18. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

18.1. O pagamento será efetuado, em parcela única, por meio de Ordem Bancária, para crédito em conta corrente da Contratada, até o 5º (quinto) dia útil, após o recebimento Definitivo do material, com a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, emitido pelo representante da Administração, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada, e, quando for o caso, das multas aplicadas.

18.2. As Notas Fiscais devem ser eletrônicas (Nfe) conforme disposições contidas no inciso I, Cláusula Segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009.

18.3. Deverão também conter nas Notas Fiscais Eletrônicas, se for o caso, os dados bancários do credor para emissão da (s) ordem (s) bancária (s) e as devidas retenções tributárias a serem feitas pela instituição conforme o artigo 64 Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

18.4. Caso a empresa seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES NACIONAL OU SUPER SIMPLES deverá apresentar a nota fiscal eletrônica, acompanhada do Anexo IV da Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1244, de 30 de janeiro de 2012, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições.

18.5. Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, ela será devolvida à empresa, pelo representante do Contratante, e o pagamento ficará pendente até que sejam providenciadas as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para o Contratante.

18.6. Havendo atraso de pagamento, provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido será acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX/100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

18.6.1. Na hipótese de pagamentos de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora.

18.6.2. O pagamento da obrigação deverá ocorrer no prazo previsto no contrato, limitado: (Instrução Normativa Nº 2, de 6 de Dezembro de 2016)

- 1 ao quinto dia útil subsequente ao recebimento da nota fiscal ou fatura para despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do artigo 24 da Lei nº 8.666, de 1993, observado o disposto no seu §1º; ou
- 2 a trinta dias contados do recebimento da nota fiscal ou fatura, para os demais casos;
- 3 Constatada, junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, situação de irregularidade do fornecedor contratado, será adotado o procedimento previsto no §4º do art. 3º da Instrução Normativa nº 2, de 11 de outubro de 2010.

18.7. Em cumprimento ao disposto no Art. 64, da Lei nº 9.430, de 27/12/1996, Lei nº 9.718, de 27/11/1998 e IN/RFB nº 1234, de 11/01/2012, alterada pela IN/RFB nº 1.244, de 30/01/2012, a Divisão de Execução Orçamentária e Financeira reterá na fonte o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ, bem como a contribuição sobre o lucro líquido, a Contribuição para a Seguridade Social – COFINS e a contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos que efetuar a CONTRATADA se esta não apresentar cópia do Termo de Opção ou Certificado de Isenção do IRPJ, nos termos da legislação vigente.

18.8. No ato do pagamento será comprovada a manutenção das condições iniciais de habilitação quanto à situação de regularidade da empresa (artigo 27, § 2º, do Decreto nº 5.540/2005).

## 19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Com fundamento na Portaria MEC nº 120/2016, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do MEC, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas neste Termo e demais cominações legais a licitante vencedora que:

- apresentar documentação falsa;
- ensejar o retardamento da execução do objeto;
- falhar ou fraudar na execução do contrato;
- deixar de entregar a documentação exigida no edital;
- não mantiver a proposta e não assinar o contrato;



- comportar-se de modo inidôneo;
- fazer declaração falsa;
- cometer fraude fiscal; ou
- incorrer em qualquer prática vedada pela Portaria MEC nº 120/2016.

19.9. Pela inexecução total ou parcial do objeto da presente licitação, a depender da gravidade do ato praticado, a Administração poderá optar pela aplicação da pena de Advertência, nos termos do inciso I do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

19.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Projeto Básico, no Contrato e das demais cominações legais.

19.11. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo artigo, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação à empresa.

19.12. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

19.13. Sem prejuízo das sanções previstas no item anterior, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a licitante vencedora ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- advertência;
- multa de:
  - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde até trinta dias de atraso;
  - 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar trinta dias;
  - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo de demais sanções;
  - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente e/ou entrega da garantia contratual, dentro do prazo estabelecido pela administração, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e
  - 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pela inexecução total do contrato.
- Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o MEC, pelo prazo de até 2 (dois) anos.
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir o MEC pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.
- No caso de ocorrência concomitante das multas previstas nas alíneas “a” e “b” com as da alínea “c”, o percentual aplicado não poderá ultrapassar a 7% (sete por cento).
- As sanções de advertência, suspensão temporária do direito de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia, o MEC poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final da defesa prévia. Caso a defesa prévia seja aceita, ou aceita parcialmente, pelo MEC, o valor retido correspondente será depositado em favor da licitante vencedora, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final da defesa apresentada.

19.14. As sanções de advertência, suspensão temporária do direito de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

19.15. No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia, o MEC poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final da defesa prévia. Caso a defesa prévia seja aceita, ou aceita

parcialmente, pelo MEC, o valor retido correspondente será depositado em favor da licitante vencedora, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final da defesa apresentada.

19.16. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo com rito estabelecido na Portaria nº 120/2016, observando-se regras gerais previstas na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

19.17. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## 20. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

20.1. A aquisição objeto desta contratação obedecerá aos critérios de sustentabilidade ambiental contidos no art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e no Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil da Presidência da República, no que couber;

20.2. A licitante vencedora deverá observar, no que couber:

I -O art. 6º da Instrução Normativa/SLI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, devendo adotar as práticas de sustentabilidade descritas no Encarte “C”, na execução dos serviços, quando couber.

II -que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

III -que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

20.3. Cumprir, no que couber, as exigências do inciso XI, art. 7º da Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS.

## 21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Dúvidas na interpretação deste Projeto Básico poderão ser esclarecidas pelo endereço eletrônico **dicorp@mec.gov.br**, subsidiadas pela área técnica.



Documento assinado eletronicamente por **Robson Pereira Batista, Servidor(a)**, em 15/02/2019, às 15:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Mauricio de Almeida Souza, Servidor(a)**, em 15/02/2019, às 15:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Waleska Resende Gonçalves, Coordenador(a) Geral, Substituto(a)**, em 15/02/2019, às 15:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mec.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1435887** e o código CRC **26AB389E**.

### Encarte “A ”

Modelo Planilha de Custos e Formação de Preços e modelo de proposta de preços

Nome da empresa:

CNPJ:

Responsável pela empresa:

E-mail:

Telefone comercial:

Celular:

Endereço da empresa:

**OBJETO:** Aquisição de conjunto para apresentação do Símbolo Nacional composto por base, mastro, Bandeira do Brasil e roseta, para as unidades administrativas do Ministério da Educação (MEC), com entrega imediata, de acordo com os termos e especificações do Projeto Básico e seus anexos.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Bandeira do Brasil - Bandeira Oficial conforme as normas ABNT NBR 16286:2014 e ABNT NBR 16287:2014 em tecido 100% poliéster, com fio de alta resistência. Tarja na cor branca e dois ilhoses. Costuradas com barras dupla de primeira qualidade. Costura tecido sobre tecido dupla face.	Und	30		
2	Mastro - Mastro em madeira, cor mogno, medindo 2,25m de altura ideal para qualquer ambiente, encaixe para mastro com espessura de 28mm. Com ponteira em formato de lança cromada e presilhas em cima e embaixo	Und	30		
3	Base - Base em madeira maciça de alta resistência, revestida em laminado na cor mogno, acabamento com canopla cromada, sapata de aço inox que facilita o nivelamento e protege do contato diretamente com o solo. Encaixe para mastro com espessura de 28mm.Medidas 26cm x 16cm x 26cm (L x A x C)	Und	30		
4	Roseta - Roseta fabricada em tecido 100% poliéster com brilho, cores verde e amarela. Acabamento com franja e botão. Tamanhos: Rosa: 13cm; Fita: 67cm; Botão: 2,6cm.	Und	30		
Valor Total					

**Obs.:**

1. Nos valores acima estão compreendidos além do lucro, encargos sociais, taxas e seguros, fretes quaisquer despesas de responsabilidade do proponente, que direta ou indiretamente, decorram da execução do objeto licitado, na forma e condições previstas no edital e seus anexos.
2. Declaramos estar de acordo com todas as condições estipuladas no Projeto Básico e seus anexos.
3. Conforme súmula TCU 254/2010 o IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica e a CSLL – Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, não devem constar da composição de preços.

Local: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Validade da proposta: \_\_/\_\_/\_\_\_\_ Data da Proposta: \_\_/\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do responsável legal pela empresa  
**Carimbo (ou dados de identificação)**

Encarte "B"

**Termo de Recebimento Provisório**

**OBJETO:** O objeto deste Projeto Básico consiste na aquisição de "conjunto para apresentação do Símbolo Nacional composto por base, mastro, Bandeira do Brasil, e roseta, para as unidades administrativas do Ministério da Educação (MEC), com entrega imediata, de acordo com os termos e especificações deste edital e seus anexos".

Nos termos Cotação Eletrônica nº ...../2019, Processo n.º 23000. .... /2019- ....., Nota de Empenho n.º ....., Ordem de Fornecimento nº ..... e da Portaria de Fiscalização nº ...../2019, emitimos o presente Termo de Recebimento Provisório dos uniformes discriminados na supracitada nota de empenho e demais especificações contidas no item 6 do Projeto Básico, com cópia anexa a este Termo, rubricada pelos abaixo assinados.

---

**Fiscais do Contrato**

**De acordo,**

---

**Representante da Empresa**

Encarte "C" –

**Termo de Recebimento Definitivo**

**OBJETO:** O objeto deste Projeto Básico consiste na aquisição de "conjunto para apresentação do Símbolo Nacional composto por base, mastro, Bandeira do Brasil, e roseta, para as unidades administrativas do Ministério da Educação (MEC), com entrega imediata, de acordo com os termos e especificações deste edital e seus anexos".

Nos termos da Cotação Eletrônica nº ....., Processo n.º 23000. .... /2019- ....., Nota de Empenho n.º ....., Ordem de Fornecimento nº ..... e da Portaria de Fiscalização nº ...../2019, emitimos o presente Termo de Recebimento Definitivo dos uniformes discriminados na supracitada nota de empenho e demais especificações contidas no item 6 do Projeto Básico, com cópia anexa a este Termo, rubricada pelos abaixo assinados.

Brasília, .... de ..... de 2019

---

**Fiscais do Contrato**

**De acordo,**

---

**Representante da Empresa**

